

ÍNDIOS

A ambição da diferença pode nos servir de guia

O desafio está em não ter receitas prontas. Dialogar na invenção de novos relacionamentos partindo das comunidades indígenas

Antonio Carlos de Souza Lima

Até há algumas poucas décadas, refletir sobre a presença indígena nos próximos 500 anos de Brasil poderia ser algo como uma ficção estilo *Jurassic Park*. Ao gosto de uma certa visão (neo)colonialista, que “escava canibais” no mundo contemporâneo e os expõe à guisa de show, encontraríamos uma meia dúzia de povos preservados em reservas modelares, exemplos para o turismo do exótico que grassa pelo mundo do neoliberalismo, vivendo num tempo eternamente imobilizado, numa tradição estática e por isso mesmo espúria, pois toda tradição viva muda. Nesse zoológico ideal, como em muitas imagens estereotipadas, os indígenas remanescentes (um termo que a política indigenista brasileira já usou muito), eternas crianças, desempenhariam, sempre da mesma maneira, os mesmos rituais, os mesmos costumes, protegidos e amparados, em seu despreparo e ignorância, pela santidade tutelar de homens brancos exemplares e sábios puristas.

No ano 2000 estamos, felizmente, longe disso. E as mudanças essenciais capazes de impedir esse congelamento da vida social que transformaria as sociedades indígenas em seres infra-humanos provieram da sua própria capacidade de se transformar, integrando-se sem se assimilar, inovando sem se enquadrar nas maneiras de ser atuais do colonizador que somos nós.

Exemplos como os dos ticunas (AM), dos guaranis (MS, ES, RJ, SP, PR, RS), dos terenas (MS), dos tupiniquins (ES), dos potiguaras (PB), dentre tantos outros, tão pouco assimilados à imagem vulgarizada para o grande público internacional e nacional como a do “índio brasileiro” são os melhores testemunhos desse movimento histórico múltiplo, não subsumido a uma intenção única ou uma direção centralizadora.

Talvez o que se possa chamar de uma forte ambição à diferença anima tal movimento, e pode nos servir de guia na entrada de outros 500 anos. Uma luz no desafio de construir uma sociedade e um Estado que se reconheçam como multiétnicos, multiculturais, que comportem estruturas democráticas de representação da diferença, desde as instâncias parlamentares até a participação in-

Carlos Moura 26.7.98



INTEGRAÇÃO

Com línguas, costumes, territórios e visão de mundo próprios, as sociedades indígenas revelaram sua capacidade de se transformar, integrando-se sem se assimilar, inovando sem se enquadrar nas maneiras de ser atuais do colonizador

tegral e permanente nos livros didáticos que continuam a relegar a presença indígena aos capítulos iniciais da colonização portuguesa na América.

Mas há muito por ser construído na via do acesso democrático e universal aos direitos de decisão, na possibilidade de ser parte do país Brasil sem deixar de ter línguas, costumes, territórios, visão de mundo, modos de ser distintos dos de outros brasileiros. O Brasil dos 500 próximos anos tem o desafio de deixar para trás as nossas ideologias dominantes, que ao mesmo afirmam a mistura de raças e culturas, mas mantêm, por tecnologias de poder mais ou menos sutis, mais ou menos violentas, a exclusão e as condições por vezes subumanas de vida de enormes segmentos da população. Nesse processo de criação o peso das organizações indígenas será determinante, e será o reforço à sua crescente presença um instrumento essencial dessa nova via. Mas não se trata de produzir clones dos manuais dos cooperantes estrangeiros, movidos nos seus tempo e estilo de investimento de recursos.

Colaborar na crescente participação política dos índios não pode tampouco significar reduzir aos formatos de sindicalismo e associativismo desenvolvidos no Brasil as organizações indígenas que proliferaram após a Constituição de 1988, recuperando dinâmicas étnicas locais e regionais que a precediam. Há que se lutar por uma ética do respeito e da inteligibilidade mútua, pela utopia de uma esfera de entendimento que se alastre e dê lugar não mais à presença de mediadores privilegiados, sejam indigenistas, missionários, antropólogos, professores, ou mesmo índios distanciados de seus povos.

O desafio está em não ter receitas prontas, mas ser capaz de dialogar na invenção de novos relacionamentos partindo das comunidades indígenas dispersas pelo território brasileiro: a riqueza da sócio-diversidade indígena, desses povos em movimento, não pode ser continuamente abafada por intérpretes privilegiados, precisa ser reconhecida. Isso significa que ao modelo tutelar que estruturou as políticas do Estado brasileiro para os índios, hoje esfacelado e sem rumo, sempre ao sabor dos interesses mais espúrios de segmentos das elites regionais e do corporativismo da administração, deve se suceder não uma reforma administrativa salvadora que implante um outro e único modelo para todo o tão variado Brasil indígena. A idéia de etnodesenvolvimento — a existência de tantas modalidades de mudança histórica, de sustentabilidade, de articulação com a natureza e outros segmentos sociais — que deveria presidir essa próxima tentativa poderia muito bem servir de modelo a muitas outras iniciativas de e para outras populações humanas no Brasil. De resto, como a luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas às suas terras (ainda com muito por ser vencido) serve de sinal para os direitos comunais de descendentes de quilombos. Isso significa que não será com a mera retórica da “parceria” e da “organização de comunidades” que entraremos os anos vindouros viabilizando aos 320.000 indígenas das cerca de 220 etnias hoje existentes (não temos censos confiáveis dessas populações!) resolvendo problemas.

Retórica serve para impressionar multidões. Mas onde estão as medidas concretas? Onde es-

tão as estruturas de captação de recursos, de alocação dos mesmos para fins de fomento aos projetos nativos de etnodesenvolvimento e organização regional? Em que pé estão as medidas estaduais para os problemas de saúde e educação retirados da Fundação Nacional do Índio (Funai)? Quais os novos planos do governo para reconhecer e se emparelhar aos avanços conquistados pelos povos indígenas nesse seu permanente movimento de criação contra as estruturas coloniais de que o Estado brasileiro é o herdeiro legal e legítimo? Afinal, quando será resgatada, para além das frases de efeito, a dívida para com os donos originários das terras e dos recursos naturais sobre os quais o Brasil se ergue? Um sinal positivo seria ver a livre possibilidade de emendas no Congresso ao substitutivo que o governo apresentou ao Estatuto das Sociedades Indígenas. Isso corrigiria distorções e fórmulas que contemplam alianças políticas questionáveis ali contidas. Outro índice seria ver a continuidade das propostas de mudanças postas em jogo pela presente administração da Funai, aliçada em discussões com segmentos sociais variados e com representação expressiva de organizações indígenas.

Teremos em breve a medida do tônus de nossas elites em levar a cabo o que propalam. independentes delas, as sociedades indígenas continuarão crescendo e se afirmando. Disso já temos as provas. A sua “ambição à diferença” é já bem-sucedida.

■ Professor de Etnologia do Departamento de Antropologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do CNPq